

II

CAPITALISMO DEPENDENTE, CONTRARREVOLUÇÃO PROLONGADA E FASCISMO À BRASILEIRA*

Kátia Lima e Marcela Soares

INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa, em diálogo com a obra florestaniana, como as particularidades da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e a natureza da burguesia brasileira - como um prolongamento da avidez do senhor rural – criam as bases econômicas, políticas e ideo-culturais para a configuração de traços e tendências fascistóides no país.

A identificação da autocracia burguesa como nexos estruturante do capitalismo dependente e da contrarrevolução burguesa como um processo permanente e prolongado, nos auxiliarão a compreender como esses traços de fascismo aberto, difuso e dissimulado se manifestam no Brasil como um elemento constitutivo do capitalismo no país que, em tempos de crise do capital e de ofensiva ultraconservadora, será expresso em uma forma particular de fascismo. Trata-se de um fascismo de menor refinamento ideológico, mas profundamente autoritário e repressor, essencialmente contrarrevolucionário, como afirmava Fernandes (1981). Assim, é possível compreender que a burguesia brasileira não está violenta, ela é violenta e essa violência tem suas raízes na mentalidade própria do colonialismo e do escravismo revitalizados na atual fase do capitalismo, caracterizando a ação excessivamente coercitiva do Estado brasileiro no enfrentamento das insolúveis contradições inerentes ao capitalismo e, particularmente, ao capitalismo dependente.

O presente texto está estruturado em três tópicos: Revolução burguesa e autocracia burguesa no capitalismo dependente; Contrarrevolução permanente e prolongada e fascismo à brasileira e Considerações Finais, quando apresentaremos algumas reflexões sobre as tarefas políticas que nos aguardam para o enfrentamento do processo de fascistização no Brasil.

*DOI-10.29388/978-65-86678-36-9-0-f.41-60

O diálogo com a obra florestaniana busca, portanto, fundamentar o exame do fascismo à brasileira na atualidade conduzido pela permanente reciclagem do racismo e das velhas/novas faces do colonialismo educacional em nosso país, temáticas que serão analisadas nos capítulos subsequentes deste livro.

REVOLUÇÃO BURGUESA E AUTOCRACIA BURGUESA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Florestan Fernandes (1968, 1975, 2005), em sua contribuição à teoria do desenvolvimento capitalista, trabalha dialeticamente duas dinâmicas na construção do conceito de capitalismo dependente: as leis gerais que regem o padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, as especificidades da formação econômico-social brasileira na divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil estará inserido como exportador de matéria-prima e importador de bens de consumo, de capitais e de técnicas produzidos nos países centrais.

A partir do diálogo que estabelece com K. Marx, V. Lenin, R. Luxemburgo e L. Trotsky, Fernandes elabora o conceito de capitalismo dependente, analisando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo em países de capitalismo tardio e evidenciando que imperialismo e capitalismo dependente são duas faces do projeto de dominação burguesa. Trata, assim, do exame do capitalismo em uma das fases do seu desenvolvimento, pois, como afirma Limoeiro-Cardoso (s/data, p. 2): “Florestan não formula uma ‘teoria da dependência’. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista”.

Em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, Fernandes (1968) destaca que de todos os sociólogos clássicos, K. Marx é o que apresenta maior interesse para os estudiosos das sociedades subdesenvolvidas, pois o arcabouço conceitual apresentado pelas tradições marxiana e marxista relacionam os componentes mais profundos da ordem burguesa pela caracterização estrutural das relações de produção sob o capitalismo.

Dialogando com V. Lenin e R. Luxemburgo, Florestan Fernandes (1975) evidencia a importância da retomada dos estudos sobre o imperialismo, como uma fase superior do capitalismo e o papel das colônias como fontes de matérias-primas, demonstrando como o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes dessas matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas esferas de

influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas e, finalmente, pelo território econômico em geral.

Do diálogo com L. Trotsky, Fernandes (1975) recupera, especialmente, a lei do desenvolvimento desigual e combinado para examinar a relação que será estabelecida entre a modernização do arcaico e a arcaização do moderno no capitalismo dependente, identificando a existência de uma condição colonial permanente, isto é, como o desenvolvimento do capitalismo ocorre articulado às formas de produção pré-capitalistas, fazendo com que a mentalidade burguesa surja encharcada da mentalidade do senhor rural.

Articulando universalidade, particularidades e singularidades, Florestan Fernandes (1968) examina que, no capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que a burguesia nascente conduz a revolução burguesa, ela foi incapaz de romper com a condição colonial permanente forjada desde o Brasil colônia. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, respondendo às necessidades das elites nativas e do mercado mundial, em face da função que a economia nacional preenchia no mercado mundial de natureza heteronômica. Desta forma, fica evidente que o exame das particularidades não é realizado desconectado da universalidade.

No mesmo sentido, quando trabalha com a concepção de revolução burguesa como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento do capitalismo atinge o clímax de sua evolução industrial, Fernandes (2005) analisa como a configuração da sociedade de classes ocorre sem uma burguesia com um perfil revolucionário que rompa com a mentalidade do senhor rural. A burguesia nativa se forja na relação que articula o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico, consubstanciando os vínculos entre os setores mais conservadores e reacionários com o imperialismo para realizar o rateio do excedente econômico. No capitalismo dependente, portanto, os mecanismos de sobre apropriação e sobre expropriação capitalistas são permanentes, operando uma espoliação violenta pela depleção permanente de suas riquezas realizada de fora para dentro e de dentro para fora, caracterizando uma sobre expropriação repartida do excedente econômico, conforme o autor (1975) analisa detalhadamente em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”.

A burguesia brasileira conduziu, desta forma, uma transição não clássica¹ ao capitalismo marcada pela composição de um pacto de dominação que garantiu as funções econômicas e políticas que o capitalismo dependente preenchia na economia mundial e manteve, internamente, o seu poder, pois, o seu horizonte intelectual encontrava raízes no mandonismo oligárquico. Ela (a burguesia) não assumiu o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Assim, não se pode explicar a revolução burguesa no Brasil como um processo de vitória do capitalismo sobre uma oligarquia decadente, reacionária e anticapitalista, pois, aqui não tivemos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. Em “A Revolução Burguesa no Brasil”, Fernandes (2005) afirma que há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação valesse para as diversas situações criadas pela expansão do capitalismo no mundo moderno.

Florestan Fernandes (1968) em “Sociedade de Classes e subdesenvolvimento”, especialmente no item “A explicação macrossociológica do subdesenvolvimento”, explicita o seu esforço metodológico para apreensão das particu-

¹ Tratando da revolução burguesa clássica, Sampaio Jr (2001, p. 1) elabora as seguintes reflexões. “O caso clássico, associado às revoluções inglesa e francesa, caracteriza-se pelo encadeamento das revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial. Liderado por burguesias conquistadoras, que contavam com a energia revolucionária das massas camponesas e urbanas, o processo revolucionário adquiriu o caráter de uma luta de vida ou morte contra o antigo regime”. Em relação ao paradigma da via prussiana, Sampaio Jr (2001, p. 1) destaca que “as revoluções burguesas atípicas do século XIX, cujo paradigma é a via prussiana, não foram tão longe. A perda do poder revolucionário deveu-se à debilidade das burguesias que as impulsionaram. A presença de forças operárias relativamente desenvolvidas, ao colocar a ameaça de que o processo de transformação social acabasse extrapolando os marcos do regime burguês, acabou comprometendo o ímpeto revolucionário destas burguesias, forçando-as a composições com segmentos conservadores da sociedade. Mesmo assim, o processo de mudança social se desenvolveu com relativa profundidade. A forte centralização do poder pelo Estado - expressão da aliança estratégica da burguesia emergente com a aristocracia e com a burocracia estatal - permitiu que a revolução nacional fosse levada às últimas consequências, rompendo os nexos de dependência externa com as potências hegemônicas do capitalismo”. O Brasil, na ótica florestaniana, não se enquadra nestes dois paradigmas. O capitalismo dependente impõe os limites da revolução burguesa, assim, “as revoluções burguesas “atrasadas” caracterizam-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias ultraconservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação das massas populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por associar capitalismo e subdesenvolvimento. O drama das revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem muito da possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional. É este último caso que se enquadra o Brasil” (SAMPAIO JR, 2001, p. 1).

laridades do capitalismo dependente pelo exame de como as classes se organizam e lutam entre si, isto é, pelo exame da configuração histórica e espacial da luta de classes, pois, esse é o eixo condutor da obra florestaniana.

A questão não está, para o autor, na crítica aos recursos teórico-metodológicos da Sociologia. Fernandes (1968) ressalta a importância do arcabouço teórico e dos procedimentos metodológicos que fundamentam a explicação macro-sociológica do subdesenvolvimento, mas evidencia que é necessário adequar o instrumental analítico às condições histórico-sociais de manifestação do seu objeto de estudo. Como realizar, então, a caracterização sociológica das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas? Pela superação de um “modelo ideal”, um “modelo linear” fornecido pelas características do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. O importante para Florestan Fernandes é, exatamente, apropriar-se das particularidades dos processos de estratificação social e de formação do mercado capitalista nas sociedades subdesenvolvidas. Considera, por exemplo, que a colonização é um processo interno, mas associado ao mercado mundial, integrado em sua função no espaço e no tempo. Assim, a modernização, em sua relação com o desenvolvimento econômico, social e cultural, pode estar ligada a uma situação legalmente colonial, fortalecendo a dominação colonial ou, ao capitalismo, pela relação estabelecida entre a estrutura capitalista interna e externa e de sua influência na dinâmica de organização da sociedade de classes.

Outra evidência de que Florestan Fernandes não trabalha com a concepção de tipo-ideal de revolução burguesa está na seguinte análise do autor. Se, nas economias capitalistas hegemônicas, a apropriação colonial foi um dos fatores da chamada acumulação originária de capital, nas sociedades capitalistas dependentes, a revolução capitalista ocorreu pela perda constante e crescente de parte substancial do seu excedente econômico, intensificando a heteronomia econômica. Este é um elemento teórico central da análise de Florestan Fernandes (1968): uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado das economias coloniais, fazendo com que a economia de mercado capitalista das sociedades capitalistas dependentes apresente dimensões estruturais e dinâmicas determinadas por sua condição heteronômica essencial.

Fernandes (1968) é claríssimo quando afirma que a sociedade capitalista dependente possui uma economia de mercado capitalista, sua ordem econômica é capitalista, mas não é uma réplica em miniatura do modelo original, ou ainda, não vive um estágio inevitável, transitório de evolução normal do capita-

lismo. No referido livro, o autor (1968) ressalta que a sociedade capitalista subdesenvolvida não é uma mera redução patológica das sociedades capitalistas avançadas. A ausência ou debilidade de certos pré-requisitos estruturais e funcionais fazem parte da racionalidade do próprio capitalismo.

Neste sentido, o exame da configuração da luta de classes nos países capitalistas dependentes deve ser realizado de forma cuidadosa. Nesses países, a violência e o ódio de classe inerentes à ordem burguesa ganham contornos particulares pela própria natureza da burguesia nativa. Os padrões de sobre-expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa demandam uma ação contrarrevolucionária permanente e prolongada para garantir a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder. A transição não clássica ao capitalismo deu-se, assim, pela associação das frações mais conservadoras das classes dominantes com o imperialismo e com os setores mais arcaicos, gerando o aburguesamento do senhor rural e articulando a modernização do arcaico com a arcaização do moderno, como afirmava Fernandes (1968).

É neste contexto que se inscreve a análise florestaniana sobre a mercantilização da força de trabalho no capitalismo dependente que o autor realiza ao longo de sua obra, com destaque no livro “O significado do protesto negro” (1989). Nesse trabalho, o autor chama atenção do leitor em relação ao marco legal da mercantilização da força de trabalho com a abolição da escravatura, em 1888, que engendrou uma modernização do arcaico nas relações estabelecidas entre as classes sociais. Tal processo resultou no estabelecimento da república burguesa democrática e do trabalho livre, sem garantir efetivamente a libertação do homem negro e da mulher negra. Na verdade, o estatuto do trabalho livre o/a colocou em competição desigual com os imigrantes que aportavam no Brasil. A mulher negra permaneceu no trabalho doméstico realizado nos sobrados e nas casas grandes e o homem negro foi “[...] empurrado para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração, ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão.” (FERNANDES, 1989, p. 20-21). O estigma desse processo se estrutura na questão étnico-racial, engendrada pela escravidão colonial, e se expressa na degradação material e moral da exploração da força de trabalho da nossa divisão sociossexual e étnico-racial do trabalho. Traços estruturantes do capitalismo dependente que são sistematicamente revitalizados e ganham expressão particular na atualidade, como examinaremos nos demais capítulos deste livro.

Em “Circuito Fechado”, Florestan Fernandes (1979a, p. 4-5) analisa como o processo de emancipação política ocorreu, no Brasil, sem que a descolonização fosse esgotada. Pelo contrário. Foi preciso que

[...] a descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultra prolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas ‘herdadas’ da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista, revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação do capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior.

A revolução burguesa no Brasil designa, desta forma, a modernização das estruturas econômicas e sociais brasileiras de forma diferenciada da revolução burguesa clássica, combinando uma burguesia sem perfil revolucionário, uma classe trabalhadora ainda em processo de organização de um projeto contra a ordem burguesa, a intervenção decisiva do Estado, espaço de disputas entre intraclasses e a ação diretiva do imperialismo (FERNANDES, 2005). A impossibilidade de realização da revolução burguesa clássica está associada aos limites da racionalidade constitutiva do padrão dependente de desenvolvimento e da mentalidade burguesa – o padrão de hegemonia burguesa inerente ao capitalismo dependente – como um prolongamento da avidez e da violência senhoriais, bem como dos sucessivos arranjos e pactos conservadores para salvar seus interesses de classe apresentados ao conjunto da população como os interesses da nação. A nação é reduzida a um ente abstrato que encarna, necessariamente, a vontade política da burguesia, seja de sua face local ou estrangeira. Este processo evidencia como os padrões de dominação externa estão associados à submissão consentida da burguesia brasileira. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia fraca, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

O perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho, de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilégio da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais formatam uma modalidade duplamente rapinante do

capitalismo (FERNANDES, 2005), forjada por uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita, que realiza uma superexploração da força de trabalho, gerando setores da classe trabalhadora apartados do acesso às condições mínimas de vida inerentes ao próprio capitalismo.

Violência e sobre expropriação são elementos estruturantes da natureza da burguesia brasileira. A expansão do capitalismo dependente realiza a renovação, com novas aparências, do próprio capitalismo dependente, fazendo com que a frágil democracia restrita, em curso historicamente no Brasil, sob qualquer ameaça mínima à estabilidade da ordem burguesa, adquira a feição de uma catástrofe iminente, provocando estados de extrema rigidez estrutural.

Aqui também o papel do Estado é central: organizar a polícia, as forças armadas (realizando a militarização do poder) e o aparato judiciário para reprimir, prender, excluir, disciplinar e exterminar, se for necessário. Daí a compreensão da autocracia burguesa pelo poder ilimitado de uma classe estabelecido no capitalismo dependente. Sequer a democracia de participação ampliada é conduzida pela burguesia brasileira, mas tão somente a esvaziada democracia restrita ofertada apenas aos considerados “mais iguais”, isto é, às classes dominantes. O capitalismo dependente conjuga, desta forma, crescimento econômico dependente; concentração de renda prestígio social e poder para os setores dominantes com miséria e exclusão para os “de baixo”, isto é, uma imensa massa de despossuídos.

A condição burguesa implica, neste sentido, uma movimentação tirânica na arena política. Sequer a democracia burguesa nos limites da ordem do capital pode ser conduzida sob o risco de ameaçar a sobre expropriação e o padrão compósito de hegemonia burguesa que sustentam a relação imperialismo e capitalismo dependente. No livro “Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo””, Fernandes (1979b, p. 40) reafirma que as burguesias nativas, como elos internos da dominação imperialista, não podem sequer “admitir a transição da democracia restrita para a democracia de participação ampliada”, nos limites da própria democracia burguesa.

Em tempos de crise do capital e de avanço da ofensiva ultraconservadora como estratégia para garantia das margens de lucro e da hegemonia burguesa, precisamos identificar como as classes se movimentam na disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, particularmente no capitalismo dependente. Autocracia burguesa e contrarrevolução burguesa permanente e prolongada constituem, na obra florestaniana, dois eixos teóricos fundamentais para análise da luta de classes em países capitalistas dependentes e nos auxiliam no

exame do processo que Fernandes (1981) identificou como a manifestação da fascistização das estruturas de poder nestes países.

Recuperar o diálogo com Florestan Fernandes sobre este processo de fascistização é fundamental para a análise teórica da configuração da luta de classes no Brasil de hoje e para as ações políticas da classe trabalhadora contra a ordem burguesa. Contribuir com essas reflexões, ainda que nos limites deste texto, é a tarefa que realizaremos a seguir.

CONTRARREVOLUÇÃO PERMANENTE E PROLONGADA E FASCISMO À BRASILEIRA

É a partir do quadro analítico anteriormente apresentado que Fernandes identifica que democracia restrita e Estado autocrático-burguês consubstanciam um processo contrarrevolucionário permanente e prolongado nos países capitalistas dependentes. Recuperando o conceito de contrarrevolução burguesa como profícuo instrumental para análise do padrão de hegemonia burguesa no Brasil, Florestan Fernandes (2005) aborda em “A revolução burguesa no Brasil”, como a burguesia brasileira atua de uma forma diferenciada, na medida em que a conformação da ordem capitalista no Brasil não implicou uma ruptura com a ordem rural, mas foi sendo efetivada a partir de um conjunto de composições, por um lado, entre os estratos sociais de origem oligárquica e os emergentes interesses industriais e financeiros e por outro, com os países imperialistas. A burguesia brasileira não assumiu, portanto, seu papel como “classe revolucionária”. Sua ação estará circunscrita a estas composições e à aceleração do padrão dependente de desenvolvimento.

Em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, pelo padrão compósito de hegemonia burguesa e pelo padrão de sobre apropriação do excedente econômico, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos. Os conceitos de revolução e contrarrevolução são, portanto, fundamentais para a análise do desenvolvimento do capitalismo em países centrais e na periferia do sistema.

Ao longo de sua obra, Marx e Engels formulam um conjunto de análises sobre a revolução como um fenômeno da luta de classes. O desenvolvimento do capitalismo está associado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico de revolução burguesa, como ruptura radical com as antigas relações de produção, ou pelo papel conciliador assumido pelo padrão capitalista dependente de revolução burguesa, isto é, a transição não clássica ao capitalismo. Esta transformação histórica da burguesia em classe dominante e dirigente impõe o

debate sobre as ações revolucionárias e contrarrevolucionárias que executa, historicamente, e em cada formação econômico-social, inicialmente para configurar o sistema capitalista e, posteriormente para sair de suas crises; reconstituir constantemente suas margens de lucros e reproduzir seu projeto de sociabilidade. A teoria marxista identifica, desta forma, o caráter revolucionário e contrarrevolucionário assumido historicamente pela burguesia.

Como o desenvolvimento do capitalismo está enlaçado aos antagonismos entre capital e trabalho, a luta de classes indica, simultaneamente, uma forma de dominação burguesa e um elemento de negação e de contraposição a esta dominação que está presente na luta histórica da classe trabalhadora por sua autonomia e organização como e enquanto classe em si e para si. Um elemento, portanto, essencialmente revolucionário, que configura o papel histórico da classe trabalhadora como sujeito político, na construção da revolução contra a ordem burguesa. O capitalismo como contradição em processo, revolução e contrarrevolução como elementos correlatos, expressam a manifestação histórica da luta de classes.

Marx escreve, em 1848, o artigo “A burguesia e a contrarrevolução”, no qual elabora uma análise da revolução alemã, indicando o procedimento contrarrevolucionário que caracterizou a política conciliadora da burguesia através do estabelecimento de acordos com as forças conservadoras da monarquia para divisão do poder político. Também analisa em “A luta de classes na França” e, em “O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”, o papel da contrarrevolução na França, demonstrando como a burguesia de classe revolucionária convertia-se rapidamente em classe contrarrevolucionária e em breve demonstraria, no esmagamento da Comuna de Paris.

Na mesma direção política estão as várias publicações de Lênin, entre elas, “O Estado e a Revolução e Que fazer?”. A primeira analisa as principais tarefas do proletariado na construção do processo revolucionário e a segunda, apresenta a síntese dos avanços realizados pelo socialismo na Rússia e os embates com as forças contrarrevolucionárias institucionalizadas em um regime opressor e cruel.

Rosa Luxemburgo também participa efetivamente dos debates e da luta do movimento socialista contra a contrarrevolução burguesa, identificando como o processo revolucionário e essas ações contrarrevolucionárias espalham-se pela Europa, criticando severamente o papel do revisionismo social-democrata que, retirando da pauta a revolução socialista, substituída por um conjunto de reformas pontuais, fortalece estas ações contrarrevolucionárias e o esmagamento

mento da organização e das lutas socialistas. Este debate está presente, especialmente, em “Reforma ou Revolução?” publicado em 1900.

Leon Trotsky é outro importante marxista que problematiza esta temática em várias publicações. Destacamos, especialmente, “Revolução e contrarrevolução na Alemanha” e o segundo volume de “A história da revolução russa – a tentativa de contrarrevolução”, nos quais Trotsky analisa este padrão totalitário de defesa dos interesses conservadores no contexto das lutas socialistas na Alemanha, bem como a ação contrarrevolucionária no processo de conquista de poder pelos bolcheviques.

As crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução burguesa, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia res-trita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes. A contrarrevolução burguesa é conduzida, portanto, como estratégia de reprodução da ordem societária e o Estado burguês assume o papel de legitimar a violência e o ódio de classe pela ação das forças armadas, da polícia e do arcabouço jurídico que cria e difunde sob a aparência de atuar acima dos antagonismos de classe.

Recuperando as análises de Florestan Fernandes (1980) podemos identificar a contrarrevolução burguesa no Brasil de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação está articulada com a existência de fases seguras e construtivas da contrarrevolução. As ações contrarrevolucionárias a frio demonstram a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos/as trabalhadores/as, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista.

Para a realização das ações contrarrevolucionárias a frio, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução burguesa na qual três aspectos foram fundamentais: I) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia, em sua dupla face: brasileira e internacional; II) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora; e III) limitar as lutas dos(as) trabalhadores(as) à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias pela defesa da política de conciliação de classes.

Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza pela sobre expropriação, ou seja, pelo padrão dual de expropriação do excedente econômico associado à autocracia burguesa, fazendo com que a contrarrevolução burguesa no Brasil, como um processo permanente e prolongado realizado pela sistemática repressão e pelo silenciamento da classe trabalhadora, seja conduzido por ações “a quente” ou “a frio”.

Também no capitalismo dependente, a condição colonial permanente se renova. O burguês tem a mentalidade do senhor rural. O ódio de classe manifesta-se pela intolerância religiosa, pelo racismo, pela aversão aos indígenas, a homofobia e a misoginia. São as expressões do ódio ressignificadas cotidianamente desde o Brasil colônia. Assim, a contrarrevolução permanente e prolongada no capitalismo dependente é ainda mais violenta, pois, objetiva garantir a movimentação lucrativa para o imperialismo e para a burguesia local. A nação é, desta forma, uma noção reduzida aos interesses toscos e imediatistas da burguesia nativa. Essa burguesia é incapaz de conduzir sequer ações dentro da ordem burguesa que interessem ao próprio capital, ou melhor, conduzem essas ações ao mínimo para garantir a reprodução do seu projeto de sociabilidade apresentado como uma concepção de mundo universal. Em seu horizonte intelectual, a burguesia brasileira combate a mais remota possibilidade de organização da classe trabalhadora com vistas à revolução contra a ordem burguesa, e, mesmo as ações dentro da ordem são reduzidas, esvaziadas e apresentadas como “ameaças comunistas”.

Na obra florestaniana, portanto, o capitalismo é concebido como um sistema que tem como núcleo estruturante a expropriação, a exploração e a dominação. Não existe capitalismo humanizado. O sistema econômico, político e ideológico-cultural está alicerçado na exploração e dominação de uma classe em relação a outra. A violência é, desta forma, constitutiva do modo de produção capitalista. A burguesia é, em sua essência, uma classe violenta que se movimenta na arena política pela associação permanente entre coerção e consenso. No capitalismo dependente, essa movimentação ganha particularidades alicerçadas na sobre expropriação e no padrão composto de hegemonia que alimentam a autocracia burguesa.

Estes eixos teóricos serão recuperados por Florestan Fernandes em duas importantes obras: no livro “Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”” e no livro “Poder e Contrapoder na América Latina”. No primeiro livro, Florestan Fernandes (1979b) ressalta que o Estado autocrático-burguês possui três faces: a democrática, a autoritária e a fascista. A face democrática expressa a

condução da democracia restrita, isto é, uma democracia nos limites da autocracia burguesa que precisa garantir, ainda que minimamente as funções de legitimação da ordem burguesa. A face autoritária é condutora de uma política econômica de linha dura que viabiliza a incorporação do país ao padrão de acumulação capitalista e a face fascista que, nos termos de Fernandes (1979b, p. 43-44)

[...] se implanta ‘dentro do Estado’ e nasce de necessidades ultra repressivas e da institucionalização da opressão sistemática (sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular).

No referido texto, examinando a contrarrevolução em escala mundial, Florestan Fernandes (1979b, p. 53) afirma que, em um contexto de agravamento das suas contradições, o capitalismo, para resguardar-se, caminha na direção do fascismo, da exacerbação do poder autoritário e da violência de classe.

Em “Poder e Contrapoder na América Latina”, Fernandes (1981, p. 15) destaca que os regimes fascistas foram derrotados, “o fascismo, porém, como ideologia e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma força política organizada”. O autor analisa como a manifestação do fascismo persiste através de traços e tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, especialmente em países capitalistas dependentes, onde o autoritarismo foi largamente intensificado e reciclado.

A consequência disso é que uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massa’ e um aparato de propaganda menos rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma sociedade de totalitarismo de classe (FERNANDES, 1981, p. 16).

Assim, o fascismo nos países capitalistas dependentes “pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que uma doutrinação de massa e movimentos de massa” (FERNANDES, 1981, p. 17).

Neste sentido, Florestan Fernandes (1981) considera que o fascismo nestes países, marcados por propensões internas para o autoritarismo, é substancialmente contrarrevolucionário “a quente” ou “a frio” e atua em dois sentidos: para impedir que a democratização (democracia de participação ampliada),

nos limites da democracia burguesa, conforme destacamos anteriormente, ameace a superconcentração de riquezas, prestígio e poder nos marcos da “revolução dentro da ordem” e para impedir os movimentos socialistas com vistas à “revolução contra a ordem”². Essa forma de fascismo na América Latina tem, portanto, um papel fundamental de autodefesa e de auto privilegiamento das classes dominantes.

Estes traços fascistóides, para o autor, apresentam também certas continuidades culturais herdadas das estruturas autoritárias de poder do colonialismo, mas não se constituem em meros produtos dessas estruturas arcaicas que são permanentemente recicladas pelo processo identificado como condição colonial permanente, examinado anteriormente neste texto. O fascismo, para Florestan Fernandes (1981) é uma força moderna associada aos interesses imperialistas na periferia do capitalismo. Ainda que não se manifestem formas extremas do fascismo, é importante observar que,

[...] no entanto, nessa mesma condição se acha a raiz da extrema difusão de traços e tendências fascistóides e especificamente fascistas, em diferentes tipos de composição de poder (embora, com frequência, o elemento propriamente fascista apareça como uma conexão política seja de uma dominação autocrática de classe, seja do Estado burguês autocrático) (FERNANDES, 1981, p. 18).

Tratando especificamente do Brasil, Fernandes (1981) analisa como os setores dominantes organizam historicamente, a partir de composições civilmilitares, uma política conservadora-reacionária que articula interesses externos e internos, realizando a nova face dos padrões de sobre expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa. Desta forma, o fascismo reconfigura a ordem política para estabelecer a continuidade e o aperfeiçoamento da concentração de renda, dos privilégios e do poder no capitalismo dependente. Mesmo a ordem política estabelecida pela institucionalidade burguesa é distorcida e reduzida para uma concepção totalitária de utilização do poder, fazendo com

² O primeiro conceito, identifica, na ótica do capital, a realização de um conjunto de ações que, circunscritas à reforma do capitalismo, reproduza e legitime, em última instância, seu projeto de sociabilidade. Na ótica do trabalho, “a revolução dentro da ordem” possibilita um processo, instrumental e conjuntural, de ampliação da participação política da classe trabalhadora na sociedade burguesa e de construção de condições objetivas e subjetivas com vistas à superação da ordem burguesa através da revolução socialista. O segundo conceito, “revolução contra a ordem”, indica, conforme analisa Florestan Fernandes (1981a), a construção de uma revolução anticapitalista e antiburguesa, isto é, a transformação estrutural da sociedade capitalista, objetivando sua superação e a construção do socialismo, tarefas que só podem ser realizadas pela classe trabalhadora.

que o Estado seja expressão de um contínuo e permanente processo de fascistização.

Portanto, um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso (e não sistemático) que é fluido (e não concentrado), em suma, um fascismo que tem seu nexos especificamente político dentro do Estado e do governo, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder no seio da sociedade (FERNANDES, 1981, p. 21).

Esse tipo próprio de fascismo difuso e fluido é analisado por Fernandes (1981, p. 21-22) nos seguintes termos:

A falta de elaboração ideológica e de uma tecnologia organizatória (como movimentos de massas; mobilização dos ‘setores baixos’ – ou pelo menos dos *lumpem* e da pequena burguesia; um partido; associações controladas pelo partido e reguladas pelo Estado – com exceção dos sindicatos; símbolos compartilhados; liderança carismática definidas em termos ‘nacionalistas’ e do ‘caráter sagrado do patriotismo’ etc.) não indica ausência de fascismo. Mas constitui uma evidência histórico-cultural de uma forma particular de fascismo (não somente potencial), no qual esses requisitos de fascistização das estruturas de poder, do Estado e do governo não necessitam seja uma intensa elaboração ideológica, seja uma tecnologia organizadora própria. O caráter fascista das ações e dos processos políticos não se funda somente na contradição entre o uso institucionalizado da violência para negar os direitos e as garantias sociais estabelecidas e as imposições ‘universais’ da ordem legal; mas na existência de uma ordem constitucional que é menos que simbólica ou ritual, pois só tem validade para a autodefesa, o fortalecimento e a predominância dos ‘mais iguais’ (ou os privilegiados). Por conseguinte, ele se corporifica e atualiza quotidianamente na conexão política, reproduzida constantemente, entre o totalitarismo de classe, a ‘salvação nacional’ (ou ‘defesa da ordem’) por meios autocráticos, reacionários ou violentos, e a ‘revolução institucional’ (ou seja, a dupla ação contrarrevolucionária, que se desdobra simultaneamente, de fato, contra a democracia, nominalmente, contra o comunismo). Nesse sentido, o elemento essencial das ações e processos políticos parece ser a contrarrevolução, que afirma a totalidade por sua negação, isto é, uma ‘unidade’ e uma ‘segurança’ da Nação que não passam de uma unidade e uma segurança dos interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes (FERNANDES, 1981, p. 21-22).

Assim, a análise do processo de fascistização das estruturas de poder no Brasil precisa estar inscrita no quadro de extrema concentração de riquezas, prestígio e poder estruturalmente vigente no país e articulada ao uso permanente e direto da violência como resposta do Estado burguês às contradições socioeconômicas no capitalismo dependente. Ainda que o arcabouço jurídico constitutivo da democracia restrita seja mantido, a fascistização não reafirma direitos

para a classe trabalhadora, apenas para os “mais iguais” ou os privilegiados, como afirma Fernandes (1981, p. 23): “A Constituição e os códigos se mantêm, porém, eles só permanecem funcionais para aquelas minorias e, se for imperativo, recebem inovações que neutralizam suas garantias políticas e legais, de acordo com algum modelo da ‘democracia autoritária’, ‘corporativa’ e ‘nacional’”.

É neste sentido que os processos de fascistização buscam o controle da comunicação de massas; a opressão e neutralização da oposição e o controle da economia e das políticas sociais (especialmente a educação), inclusive pelo uso da militarização do poder. Florestan Fernandes (1981, p. 23) identifica esses processos de fascistização expressos a partir das seguintes ações:

O controle da comunicação de massa, eleições rituais, parlamentos simbólicos, opressão e neutralização da oposição, extinção dos dissidentes etc. constituem uma rotina supervisionada pelo aparato repressivo do Estado. Também o controle central da economia, da educação, do movimento operário e dos sindicatos, das greves operárias e estudantis, da desobediência civil etc., com a aplicação calculada da polícia, das forças armadas e do aparelho judiciário, são feitos nos limites necessários – e com notável flexibilidade – com vistas à reprodução das orientações totalitárias das classes dominantes e à capitulação ou à submissão dos opositores renitentes às imposições fascistas do governo.

Florestan Fernandes (1981) nos ajuda a perceber que, no capitalismo dependente, a natureza antissocial e violenta da burguesia condutora de um permanente processo contrarrevolucionário, marcado pelo totalitarismo de classe, faz que as ondas de fascistização sejam realizadas com relativa facilidade, especialmente, nas estruturas e funções do Estado conduzidas por frações ultraconservadoras da burguesia. No Brasil, o pânico da burguesia em vislumbrar qualquer possibilidade de implantação de uma democracia burguesa de participação ampliada faz com que as “ondas de fascistização do poder estatal recebessem acolhida simpática ou calorosa” (FERNANDES, 1981, p. 26).

Desta forma, a função política da fascistização será manter e reproduzir a sobre expropriação e o padrão compósito de hegemonia burguesa pela condução da contrarrevolução burguesa permanente a qualquer custo, incidindo na superexploração da força de trabalho e como afirma Fernandes (1981, p. 31-32):

[...] o que mostra que essa fascistização sem fascismo é muito perigosa. E isso não porque ela dá margem à dissimulação e à ambiguidade. Mas porque esse fascismo oculto e mascarado fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’

sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução.

O autor considera, portanto, como tarefa fundamental do intelectual militante nos países capitalistas dependentes a identificação das formas de fascistação silenciosas e dissimuladas, como reações de autodefesa das frações ultrarreacionárias da burguesia contra a democracia de participação ampliada, nos limites da própria ordem burguesa.

Finalmente, como reação de autodefesa contra a democratização, as variedades radical-populares de democracia e revolução socialista – ainda o fantasma da ‘ameaça comunista’, de ‘novas Cubas’ etc. –, é possível que essa tendência adquira, muito mais cedo do que se pensa, dimensões mais ostensivas, agressivas e ‘dinâmicas’, com uma nova reelaboração do elemento ideológico ou organizatório e de manipulação das massas (FERNANDES, 1981, p. 33).

A identificação da autocracia burguesa como nexo estruturante do capitalismo dependente e da contrarrevolução burguesa como um processo permanente e prolongado, em diálogo com a obra florestaniana, nos auxiliam a compreender como esses traços de fascismo aberto, difuso e dissimulado se manifestam no Brasil, especialmente, em tempos de crise do capital e de ofensiva ultraconservadora. Como afirma Florestan Fernandes (1981, p. 32):

Destituíram o fascismo dos elementos rituais, ideológicos e orgiásticos que punham lado a lado o ‘heroico’ e o ‘vulgar’, a elite e a massa. Uma extrema racionalização conduziu-o a uma metamorfose: hoje ele é parte das tecnoestruturas civis e militares da sociedade capitalista. Ele perdeu saliência, mas não perdeu seu caráter instrumental para a defesa do capitalismo e da crise da civilização industrial capitalista.

Trata-se, desta forma, de um fascismo de menor refinamento ideológico, de uma fascistação silenciosa e dissimulada, mas profundamente autoritária e repressora, essencialmente contrarrevolucionária. O processo de fascistação combina, portanto, o regime autoritário (por uma política econômica afinada com os interesses imperialistas), com a difusão de valores conservadores que encontram suas raízes na mentalidade colonial (racismo, homofobia, misoginia) e com a militarização do poder, especialmente de funções estratégicas do Estado burguês no capitalismo dependente. Assim, a condição colonial permanente se renova e o ódio de classe, ressignificado cotidianamente desde o Brasil colô-

nia, manifesta-se pela intolerância religiosa, pelo racismo, pela aversão ao índio, a homofobia e a misoginia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a teorização de Florestan Fernandes não pode ser concebida como um modelo ou uma receita a ser seguida, mas, pela sua densidade teórico-metodológica possibilita-nos resgatar reflexões que visam contribuir com as análises e as ações políticas em defesa da construção da ruptura com a ordem burguesa. Sua teorização nos capacita a apreender a dinâmica da acumulação capitalista e, portanto, do modo de ser burguês, em sua particular conformação na realidade brasileira, desvendando o significado político-econômico da inserção do nosso país na divisão internacional do trabalho.

A partir de suas análises, podemos apreender que, por mais que o Estado burguês apresente uma face democrática, - isso devido às próprias particularidades da formação de cada Estado-nação e ao momento histórico do capitalismo - não deixa de possuir e ampliar elementos do autoritarismo intrínsecos às necessidades da acumulação capitalista, em sua expansão, expropriação e exploração permanentes.

No diálogo com a obra florestaniana, consideramos que as nossas análises e as nossas ações políticas devem se pautar na apreensão do perfil plutocrático da burguesia brasileira, marcado por um ideário historicamente reacionário e pseudocientífico que legitimou a escravidão colonial e as políticas eugênicas, renovadas, na atualidade, pelos argumentos anticientíficos e revisionistas/negacionistas, que mistificam, justificam ou negam nosso passado escravocrata colonial e, ao mesmo tempo, justificam e naturalizam a ampliação das degradantes condições de trabalho a que estão submetidos milhões de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

Consideramos, por fim, que as análises dos elementos estruturantes e dinâmicos do fascismo à brasileira são fundamentais para a abordagem crítica e combativa de dois eixos fundantes do capitalismo dependente que serão apresentados neste livro: (i) a permanente reciclagem do racismo, ainda que acobergado pelo mito da democracia racial e (ii) as velhas/novas faces do colonialismo educacional em nosso país, indicando a necessidade urgente de enfrentamento das ofensivas fascistóides da burguesia brasileira na atualidade.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

_____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979b.

_____. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

_____. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981a.

_____. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes**. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. s/data. SP: IEA/USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SAMPAIO JR., P. de A. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes**. SP: Dossiê Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/sam1-brg/index.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.